

Partidarismo e democracia em perspectiva longitudinal: considerações sobre bases sociais, atitudinais e comportamentais do eleitorado brasileiro

Éder Rodrigo Gimenes¹

Filipe Vicentini Faeti²

Daniel Leonel da Rocha³

Resumo

Por algumas décadas, o debate internacional estabeleceu um diagnóstico de afastamento dos eleitores com relação aos partidos políticos, direcionando esforços à compreensão do impacto desse desalinhamento à persistência dos regimes democráticos. Em contexto de democracias mais jovens, como a maioria dos países latino-americanos, a discussão tratou da existência ou não de desalinhamento diante do desenvolvimento ainda recente da relação, em muito por conta do pouco tempo de existência dos próprios partidos políticos e de eleições livres. Entretanto, na última década, o debate internacional tem questionado o afastamento dos eleitores com relação aos partidos em democracias consolidadas diante de realinhamentos em favor de candidaturas conservadoras, que não raras vezes colocam em xeque elementos do regime, tendo como principal exemplo a vitória de Donald Trump nas eleições estadunidenses 2016 – o mesmo ocorreu no Brasil com o fortalecimento do projeto político de Jair Bolsonaro, presidente entre 2019 e 2022. Tendo em vista o tensionamento à legitimidade democrática e à qualidade do funcionamento do regime no país, o objetivo deste *paper* é analisar as relações entre partidarismo e mobilização cognitiva com diferentes indicadores sociais, atitudinais e comportamentais em perspectiva longitudinal, a fim de estabelecer considerações sobre a maneira como os cidadãos se posicionam ante ao regime democrático no Brasil no período entre 2006 e 2023. De modo geral, os resultados apontam a relevância da sofisticação política como condicionante da participação e denotam a relação dos distintos perfis dos eleitores (independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários) com a democracia no Brasil ao longo das últimas décadas.

Palavras-Chave: Partidarismo; Adesão à democracia; Comportamento político.

Eixo Temático: 02. Democracia, Democratização e Qualidade da Democracia.

1 Universidade Estadual de Maringá (UEM), ergimenes@uem.br

2 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), fvfaeti@gmail.com.

3 Universidade Federal do Paraná (UFPR), daniel.leonel.rocha@gmail.com

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora a agenda recente da Ciência Política identifique o declínio das instituições representativas, em especial as organizações partidárias, alguns autores como Katz e Mair (1993) argumentam que essa queda não implica necessariamente em crise, mas no desempenho de papéis procedimentais da gestão democrática. Em diagnóstico semelhante, a literatura comportamental destaca que a apatia dos eleitores, o declínio do ativismo tradicional e o aumento no engajamento em modalidades contestatórias podem ser resultados de eleitorados cada vez mais alheios à política, mas também decorrentes da sofisticação política desses indivíduos, especialmente em democracias consolidadas.

Sob essa segunda perspectiva, o desalinhamento partidário não representaria um risco para a democracia, uma vez que os eleitores não estariam abandonando suas crenças no regime, mas assumiriam distintas posturas com relação à maneira como vivenciam a vida política. Conforme a proposta de classificação dos eleitores de Dalton (2013), esse eleitorado mais sofisticado politicamente se aproximaria do ideal democrático, pois pautaria seus valores, atitudes e comportamentos pela racionalidade.

Com vistas a verificar se a perspectiva do referido autor se aplicaria ao caso brasileiro, Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) analisaram dados de opinião pública coletados pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) em 2012 em seu artigo “Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro”. De modo sintético, os autores confirmaram a diferenciação do eleitorado nacional, naquele momento, a partir dos quatro perfis de eleitores definidos por Dalton (2013) para o contexto estadunidense e para um conjunto de países europeus. Posteriormente, Gimenes (2017) confirmou a adequabilidade do constructo teórico para o conjunto de países da América Latina, incluído o Brasil, em análise referente ao período 2006-2014.

Considerando que o contexto sociopolítico brasileiro sofreu expressivas alterações desde 2012, a pertinência da tipologia explicativa de Dalton (2013) e a recente discussão internacional em torno da persistência dos regimes democráticos diante de fenômenos tratados como crises ou desconsolidação, este paper tem o objetivo de analisar as relações entre partidarismo e mobilização cognitiva com diferentes indicadores sociais, atitudinais e comportamentais em perspectiva longitudinal, a fim de estabelecer considerações sobre a maneira como os cidadãos se posicionam ante ao regime democrático no Brasil no período entre 2006 e 2023⁴.

⁴ Excluímos a onda de 2021 do LAPOP deste *paper* por não conter todas as variáveis necessárias à composição dos perfis, uma vez que naquele ano a pesquisa concentrou-se majoritariamente sobre os efeitos da pandemia de Covid-19.

O texto apresenta resultados parciais de uma discussão em curso, que se encontra em etapa de avanços na sistematização de elementos teóricos e de realização de novos testes, com vistas a promover uma compreensão mais aprofundada sobre o tema.

2. ASPECTOS CONJUNTURAIS SOBRE O PARTIDARISMO NO BRASIL

Para além desse debate recente, o constructo teórico deste *paper* é parcialmente o mesmo daquele de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), no que se refere à questão da relevância do partidarismo estar em xeque diante de diagnósticos que apontam o afastamento dos eleitores e a redução da identificação partidária em democracias consolidadas.

Nesse sentido, o balanço teórico exposto por Gimenes (2017) enfoca aspectos que cabem aqui ser destacados, quais sejam: [a] o partidarismo importa para a estruturação de preferências eleitorais e outros posicionamentos e atuação política dos indivíduos; e [b] a despeito do quadro teórico que entende como negativa ao desenvolvimento da democracia, há perspectiva de fortalecimento do regime mesmo que os cidadãos se afastem dos partidos. De modo sucinto, trata-se de aspectos que remetem ao fato de que compreender as relações dos indivíduos com partidos é salutar em regimes democráticos, inclusive no que diz respeito à ausência de manifestação de laços partidários, que também contribui ao funcionamento do regime.

Para Dalton (2013), os eleitores poderiam ser classificados a partir da combinação entre dois indicadores: a manifestação de simpatia partidária e a presença cumulativa de escolarização e interesse por política, que conformariam uma variável denominada mobilização cognitiva. Isto posto, os quatro perfis de eleitores presentes nos Estados Unidos e em diversos países europeus – e também na América Latina, conforme Gimenes (2017) – seriam: [1] independentes apolíticos, eleitores com ausência dos dois recursos destacados pelo autor, ou seja, que não gozam de expressiva mobilização cognitiva e não nutrem simpatia por nenhum partido, sendo aqueles eleitores com tendência a se manterem alheios à política e que desconhecem seu funcionamento e os atores e instituições, referentes aos quais o voto é incerto (inclusive com relação ao próprio comparecimento eleitoral) e o engajamento não é esperado; [2] partidários rituais, que são indivíduos com baixa mobilização cognitiva e identificados com partidos, os quais tendem a manter sua fidelidade eleitoral à legenda por utilizarem o partido como atalho e sem grande preocupação ou competência para decodificar informações sobre política; [3]

partidários cognitivos, que combinam a presença dos dois atributos e também tendem a votar no partido com o qual se identificam, mas são capazes de avaliar seu desempenho no governo e na oposição e também as propostas de campanhas, não sendo eleitores completamente “devotos”, que podem vir a votar em outras legendas caso não se sintam representados pelas propostas do partido; e [4] apartidários, que não gozam de identificação partidária e dispõem de alta mobilização cognitiva, o que significa que são capazes de estabelecer julgamentos sobre o funcionamento da política sem o viés de um partido e tendem a tomar decisões que contribuam ao melhor funcionamento do regime democrático, sendo que seu voto, portanto, também não é previsível.

Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) explicaram detalhadamente os procedimentos metodológicos para construção dos perfis a partir de dados do LAPOP, bem como destacaram uma análise longitudinal do breve período de tempo coberto pela base até o momento, de 2006 a 2012. Neste *paper*, nos detemos especificamente a expor a evolução dos percentuais do eleitorado brasileiro distribuídos nos quatro perfis definidos no parágrafo anterior.

Tabela 1 – Percentual dos perfis de independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019	2023
Ind. Apolítico	61.2	69.2	63.9	63.4	70.0	71.2	67.4	65.5
Part. Ritual	30.2	21.2	26.4	25.2	19.7	15.3	16.8	16.5
Part. Cognitivo	4.58	4.23	4.92	5.19	3.22	3.90	6.01	6.23
Apartidário	4.05	5.41	4.84	6.22	7.05	9.62	9.79	11.8

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).

Os dados demonstram a persistência de independentes apolíticos entre o eleitorado brasileiro ao longo do período analisado, com percentuais sempre superiores a 60% do eleitorado, resultado de uma sociedade em que os indivíduos dispõem de dificuldades no acesso e permanência na educação formal, especialmente para conclusão do Ensino Médio e Ensino Superior, são majoritariamente pouco interessados por políticos. Trata-se do perfil de eleitores mais apáticos, alheios aos debates políticos, o que significa que este primeiro resultado, *per se*, é preocupante ao desenvolvimento da cultura política nacional.

Em sentido oposto, com variação expressiva temos a redução partidários rituais, o que é um indício de que muitos cidadãos com baixa mobilização cognitiva deixaram de se identificar com partidos políticos, principalmente desde 2014, sendo que entre o primeiro e o último ano analisados neste *paper* tem-se redução a quase metade do percentual de brasileiros classificados neste perfil.

Por outro lado, com relação àqueles que manifestam alta mobilização cognitiva,

também verificamos mudanças expressivas após 2014: os percentuais de apartidários cresceram ao longo do tempo, especialmente nas últimas três ondas do LAPOP, a ponto de se aproximarem do triplo da medida constatada em 2006, ao passo que os partidários cognitivos sofreram oscilações expressivas, com momentos de relativa constância, depois redução e posterior elevação ao maior percentual do período em 2023.

Esse conjunto de valores revela importantes modificações nos indicadores que compõem tais perfis: com relação à mobilização cognitiva, considerando 2006 e 2023 houve elevação de 109% no total de brasileiros com alta mobilização, indicativo de expressiva melhoria do refinamento político do eleitorado em praticamente 10%; contudo, o partidarismo sofreu oscilação negativa de cerca de 1/3 entre os anos destacados, o que demonstra a importância de refletirmos sobre os laços partidários e tais instituições no contexto democrático, especialmente diante da grande maioria de brasileiros independentes apolíticos.

Considerando essas mudanças e especialmente o fato de que mais 80% dos brasileiros gozam de reduzido refinamento cognitivo, esses dados reforçam a relevância de compreendermos quem são os brasileiros que compõem cada perfil e sua relação com aspectos democráticos, especialmente por nossa população ser majoritariamente composta por independentes apolíticos, que tendem a ser os eleitores mais afastados da política, o que pode ser negativo pelo impacto que exercem na totalidade do eleitorado. Por outro lado, como os demais perfis são mais articulados com a temática, também é pertinente considerar que, mesmo representando percentual minoritário da população, sejam capazes de balizar aspectos da política, das eleições e da democracia em geral.

A pertinência dessa investigação ancora-se no fato de que a conjuntura política sofreu expressivas alterações nas últimas duas décadas. As eleições de 2006 foram realizadas no contexto político do escândalo de corrupção do mensalão e culminaram na reeleição do então presidente Lula, que fez sua sucessora em 2010, quando Dilma Rousseff tornou-se a primeira presidenta do Brasil e o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu sua terceira eleição consecutiva. O ano de 2013 foi marcado por manifestações e protestos de rua que inicialmente reivindicavam a redução das tarifas de transporte coletivo e médias e grandes cidades e também o direito à cidade e se estenderam a pautas amplas, como investimento em políticas públicas, combate à corrupção e até mesmo a negação de políticos, partidos e da própria política (TATAGIBA, 2014). No bojo dessas manifestações ocorreu a Copa das Confederações, grande evento esportivo que precedia a Copa do Mundo a ser realizada no ano seguinte, quando nos estádios

surgiram cartazes que levaram demandas das ruas, como os dizeres “Queremos escola padrão FIFA”, criticando o elevado investimento estatal para a realização dos mega-eventos esportivos – cuja tríade se completaria com a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016.

Em 2014, além da continuidade dos protestos durante a Copa do Mundo, a campanha eleitoral presidencial foi tensa e competitiva, com apertada vitória de Dilma Rousseff à reeleição, conduzindo o PT ao seu quarto mandato consecutivo. De modo irresponsável com relação às regras do jogo democrático, o candidato derrotado Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) iniciou logo após o fim do segundo turno o burburinho de que o resultado das urnas não seria legítimo, o que acirrou os ânimos e fortaleceu as manifestações de grupos anti-petistas (SOUZA, 2016). Naquele mesmo cenário, o então deputado federal carioca Jair Bolsonaro sinalizou que se candidataria às próximas eleições para trazer mudança à política.

Após a posse de Dilma, com a menor base governista no Poder Legislativo dentre os governos petistas, ocorreu uma articulação de parte dos deputados e senadores para instituir um processo de cassação do mandato da presidenta por crime de responsabilidade fiscal, o que insuflou às ruas cada vez mais grupos organizados de direita, com correspondentes manifestações de signatários do PT e de partidos de esquerda que defendiam a democracia e se posicionavam contrários ao golpe em curso. Ainda assim, em meados de 2016 Dilma sofreu *impeachment* e o clima das manifestações de rua seguiu acirrado nos anos do mandato de seu vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), inclusive diante da prisão do ex-presidente Lula sem comprovação de que cometera atos ilícitos que justificassem seu cárcere.

A eleição presidencial de 2018 tornou ainda mais latente o clima conflituoso entre indivíduos identificados com partidos e pautas de esquerda e moral e culturalmente progressistas *versus* aqueles de direita conservadores morais e liberais econômicos. A vitória de Jair Bolsonaro por uma legenda com reduzido destaque nacional, o Partido Social Liberal (PSL) acendeu um alerta sobre um risco à democracia, especialmente pelas pautas defendidas pelo candidato, relacionadas à intervenção militar e à exaltação da ditadura vivenciada décadas antes no país.

Com um governo conservador, que reduziu exponencialmente os espaços de participação social e promoveu investimentos aquém do necessário em políticas sociais, impactado em alguma medida pela pandemia de Covid-19, Bolsonaro tornou-se o

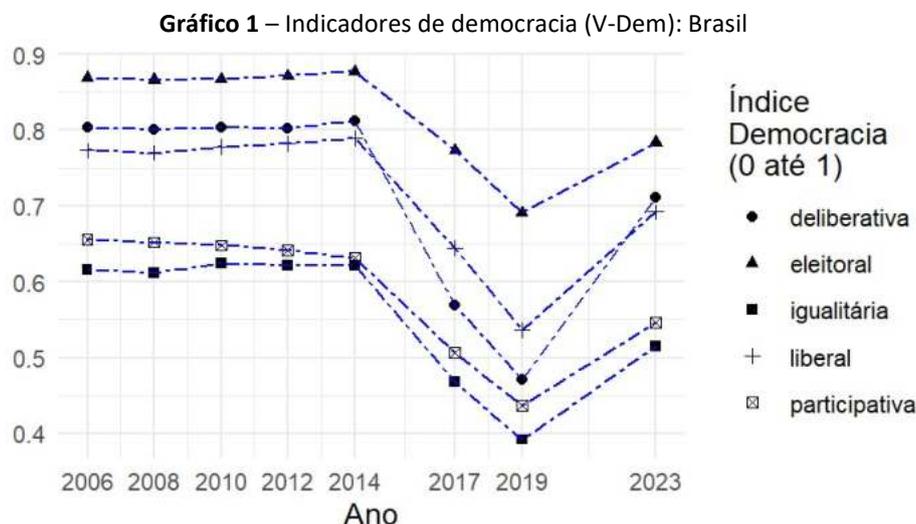
primeiro presidente do atual período democrático que perdeu a disputa por sua reeleição, sendo tal pleito histórico também pela terceira vitória de Lula e por se tornar a disputa de 2º turno mais disputada, vencida por Lula com apenas 1,8% de diferença de votos. Foi uma eleição permeada pelo acirramento da polarização personalista entre os candidatos, mas também marcada pelo petismo e pelo antipetismo, reforçando o impacto do debate sobre o partidarismo e seu desenvolvimento em países democratizados na Terceira Onda.

Como contraponto à perspectiva de que a redução do partidarismo seria negativa à democracia, livros recentes de Dalton (2018), Mason (2018), Abramowitz (2018) e Norris e Inglehart (2019) têm enfatizado que os eleitores não necessariamente se afastam da política quando não se identificam com partidos e que na atualidade o que tem sido verificada é a modificação da clivagem predominante para o posicionamento e o voto, que deixou de ser majoritariamente focado em aspectos econômicos e passou a ser balizado também por aspectos culturais, especialmente valores de auto-expressão relacionados à defesa e garantia de direitos de minorias, como mulheres, a comunidade LGBTI+, negros e imigrantes, por exemplo. Em contrapartida, grupos que sentiram perda de hegemonia por conta da redução de seu *status quo* em comparação com os demais passaram a também se articular para ocupar espaços políticos, o que remete tanto às ruas – espaço tradicional e historicamente ocupado por movimentos de esquerda – quanto à eleição de candidatos conservadores.

Em diálogo com a literatura internacional, temos o caso dos Estados Unidos com Donald Trump como parâmetro comparativo, pois também se tratava de candidato *outlier* com relação aos grandes nomes políticos nacionais que se elegeu após campanha baseada em propostas pouco afeitas à democracia. No contexto estadunidense, Levitsky e Ziblatt (2018) acenaram para o risco de morte da democracia quando candidatos anti-democratas se elegem, pois são capazes de minar o regime silenciosamente, até sua implosão.

Por outro lado, Mounk e Foa (2017a; 2017b) afirmam que a democracia se pauta pela disputa entre modos de governar e os enfrentamentos à sua manutenção são parte do processo, uma vez que não é correto considerar que mesmo países que vivem sob tal regime há séculos gozam de democracias consolidadas, mas que sua efetividade está sempre à prova. Nesse sentido, os referidos autores destacam que é incorreto tratar de processos de desconsolidação democrática, o que contrapõe a análise exposta no parágrafo anterior.

Cabe destacar que os indicadores do V-Dem para o Brasil apontam um conjunto importante de aspectos referentes ao período entre 2006 e 2023, conforme evidencia o gráfico a seguir, que expõe as variações das dimensões da democracia deliberativa, eleitoral igualitária, liberal e participativa.



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados por Varieties of Democracy (Coppedge et al., 2024).

Em primeiro lugar, cabe destacar que a dimensão da democracia eleitoral é a mais sedimentada dentre as cinco, uma vez que é aquela com melhor indicador no período, mesmo quando houve oscilações negativas. A dimensão deliberativa decaiu uma posição dentre as medidas, sendo superada no período pela dimensão liberal. Por sua vez, as dimensões participativa e igualitária têm valores próximos, sendo a última aquela com menor *status* em todo o período.

Em segundo lugar, ressalte-se que entre 2006 e 2014 houve relativa manutenção dos indicadores de democracia de todas as dimensões, mas os mesmos sofreram quedas expressivas demarcadas no gráfico em 2017 e 2019, período em que ocorreram o *impeachment* de Dilma, o congelamento de investimentos em políticas sociais no governo Temer, a eleição de Bolsonaro e a retração dos mecanismos de participação social. Entretanto, ao compararmos 2019 com 2023 verifica-se elevações nos índices das cinco dimensões, o que implica afirmarmos que a democracia avançou no país nos últimos anos, ainda que não tenha retomado, até o momento, seus *status* anteriores a 2014.

Nossa expectativa de analisar dados de 2006 a 2023 é estabelecer *insights* que nos permitam compreender empiricamente como a democracia brasileira tem sido afetada por modificações no perfil do eleitorado e de sua relação com os partidos políticos, pensando tanto a adesão ao regime quanto sua materialização por meio do voto e da participação em atividades de protesto.

3. EVOLUÇÃO DOS PERFIS DOS ELEITORES BRASILEIROS

Considerando nossa finalidade de ampliar a análise pontual realizada por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) para dados de 2012, revisitamos tal artigo para atualizá-lo até a última onda disponível de dados do LAPOP, para o que replicamos os modelos de regressão para a identificação dos perfis de cada tipo de eleitor, conforme definido por Dalton (2013), para o caso brasileiro.

As tabelas 2 a 5 expõem os modelos com preditores dos perfis do eleitorado nacional para os anos de 2012, 2014, 2017 e 2019, respectivamente. As variáveis independentes dos modelos são sexo, idade e raça/etnia. Sobre tais variáveis, destacamos que: sexo foi codificado para identificação do atributo masculino por conta da sub-representação feminina na política, em geral e partidária (RIBEIRO, 2011; WHITELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012); idade foi inserida como variável contínua, em anos, consideradas as experiências cumulativas dos indivíduos com a política (INGLEHART, 1990; O'NEILL, 2001); e raça/etnia contrapôs brancos e não brancos, dado o *status* de maioria étnica, que corresponde – junto a área de residência - a aspecto de centralidade social (REIS; CASTRO, 2012).

Os atributos sociodemográficos são expressivos de diferentes maneiras para identificarmos a diferenciação entre os quatro perfis no eleitorado brasileiro, uma vez que a maioria das variáveis não se comportou homoganeamente como preditora nos modelos. Tomando os dados das tabelas 2 a 5 em conjunto, essa constatação se confirma também pelo fato de que nenhuma variável se revelou explicativa para qualquer um dos perfis na totalidade de ondas analisada.

Tabela 2 – Perfil dos Independentes Apolíticos: coeficientes exponenciados

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019	2023
intercepto	2.02***	2.65***	2.42***	2.78***	3.85***	4.25***	4.16***	2.06***
Sexo(homem)	0.66***	0.68**	0.66***	0.95	0.61***	0.76*	0.77	1.11
Idade	1.00	1.00	1.00	0.99*	1.00	0.99*	0.99	1.00
Cor(branco)	1.12	0.78*	1.05	0.83	0.83	0.84	0.61**	0.77*
Observações	1134	1435	2328	1461	1489	1487	715	1412
R2 Tjur	0.011	0.011	0.010	0.007	0.016	0.009	0.023	0.004

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).

Para os independentes apolíticos, ser mulher foi a característica mais recorrentemente relevante, em cinco das oito ondas. Considerando que o coeficiente indica o impacto de ser homem na variável dependente em relação à categoria de

referência (neste caso, mulheres), os valores exponenciados⁵ indicam que homens tinham menores chances do que mulheres de se enquadrarem como independentes apolíticos de 34% em 2006, 32% em 2008, 34% em 2010, 39% em 2014 e 24% em 2017. Contudo, a despeito desses resultados temos nas duas últimas ondas do LAPOP ausência de significância e coeficiente de 1, o que remonta à homogeneidade da presença de homens e mulheres entre tal perfil.

Com relação à idade, o coeficiente mostra o efeito de cada ano de vida sobre a possibilidade de ser independente apolítico, ao que identificamos em 2012 e 2017 valores ligeiramente menores que 1 (0.99), indicando que cada ano adicional de idade reduz ligeiramente as chances de ser independente apolítico em 1%. Considerando a expressividade da variável independente, indivíduos com 18 ou 20 anos sofrem pouco impacto da variável, mas aqueles com 70 ou 80 anos apresentam chance muito maior de se encaixarem nesse perfil alheio à política.

Por fim, com relação à raça/etnia, o *status quo* se manifesta como verificamos com sexo, pois não ser branco aumenta a chance dos brasileiros serem independentes apolíticos em 22% na onda de 2008 e em 39% e 23% nas ondas mais recentes do LAPOP, respectivamente em 2019 e 2023, o que reforça a ideia de que a relação dos indivíduos com a política é perpassada pela existência e disponibilidade de recursos múltiplos, que são mais dificultosos para indígenas, negros e pardos, por exemplo.

Tabela 3 – Perfil dos Partidários Rituais: coeficientes exponenciados

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019	2023
intercepto	0.28***	0.20***	0.23***	0.17***	0.09***	0.09***	0.08***	0.16***
Sexo(homem)	1.53**	1.37*	1.31**	1.03	2.03***	0.89	1.08	0.74*
Idade	1.01*	1.00	1.01***	1.02***	1.02***	1.02***	1.02**	1.01*
Cor(branco)	0.69**	1.04	0.73**	0.89	0.75*	1.04	1.39	0.87
Observações	1134	1435	2328	1461	1489	1487	715	1412
R2 Tjur	0.020	0.004	0.011	0.014	0.035	0.012	0.020	0.007

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).

Para partidários rituais, os efeitos identificados para sexo raça/etnia são inversos aos anteriormente apresentados, mas se repetem para idade. Assim, homens apresentaram mais chances de serem enquadrados em tal perfil do que mulheres em 2010 (71%) e 2017 (113%) e brancos, de maneira mais recorrente e expressiva, em comparação com não brancos em 2006 (184%), 2008 (168%), em 2010 (121%), em 2012 (89%), em 2014 (155%) e em 2023 (63%). Para idade, os efeitos são pequenos para cada

⁵ São *odds ratios*, ou seja, são usados para interpretar a razão de chances. Um valor maior que 1 indica um aumento nas chances do evento ocorrer, enquanto um valor menor que 1 indica uma diminuição nas chances

ano de vida, mas relevantes se considerarmos que são cumulativos: 3% em 2006, 2% em 2008, em 2010 e em 2014.

Tabela 4 – Perfil dos Partidários Cognitivos: coeficientes exponenciados

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019	2023
intercepto	0.06***	0.06***	0.07***	0.10***	0.07***	0.04***	0.04***	0.09***
Sexo(homem)	1.27	1.29	1.51*	1.14	1.29	1.16	1.04	0.90
Idade	0.99	0.99	0.99*	0.98**	0.97**	0.99	1.00	0.99
Cor(branco)	1.25	0.93	1.20	1.69*	1.81*	1.59	1.84	1.43
Observações	1134	1435	2328	1461	1489	1487	715	1412
R2 Tjur	0.002	0.001	0.004	0.009	0.008	0.003	0.006	0.003

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).

Partidários cognitivos conformam o perfil mais heterogêneo em se tratando de sexo, idade e raça/etnia, uma vez que há poucos efeitos e estes se concentraram em anos intermediários do período, sem que seja possível identificarmos qualquer recorrência relevante ou tendência mais atual. Ser homem impactou o perfil em 51% apenas em 2010, ao passo que o efeito sobre o tempo de vida foi de 1% em 2010, 2% em 2012 e 3% em 2014 e ser branco elevava chance de ser partidário cognitivo apenas em 2012 (69%) e em 2014 (81%).

Tabela 5 – Perfil dos Apartidários: coeficientes exponenciados

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019	2023
intercepto	0.08***	0.05***	0.05***	0.06***	0.11***	0.08***	0.11***	0.12***
Sexo(homem)	0.98	1.43	1.71**	1.00	0.83	2.13***	1.63	1.23
Idade	0.97**	0.98*	0.98*	1.00	0.98**	0.99	0.99	1.00
Cor(branco)	2.84**	2.68***	2.21***	1.89**	2.55***	1.16	1.37	1.63***
Observações	1134	1435	2328	1461	1489	1487	715	1412
R2 Tjur	0.018	0.015	0.013	0.006	0.019	0.013	0.009	0.007

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).

De maneira inversa, os apartidários correspondem ao perfil para o qual houve mais efeitos identificados no período. Com relação ao sexo, havia predominância de homens nas primeiras ondas analisadas (com aumento da chance em 53% para 2006, 37% para 2008 e 31% em 2010), o que se acentuou a 103% mais chance de ser apartidário do que mulheres em 2014, contudo nas ondas de 2017 e 2019 não houve efeito do sexo sobre o perfil e em 2023 identificamos o inédito efeito de ser mulher sobre o perfil (26%), o que sinaliza uma possibilidade de alteração no perfil mais crítico e democrático, a ser explorada em ondas posteriores do LAPOP e/ou de outras pesquisas.

Para idade, este é o único perfil em que o aumento dos anos de vida impacta positivamente a chance de se tornar apartidário, sendo que os efeitos variaram entre 1% e 2% em todas as ondas analisadas, à exceção de 2008.

Por fim, com relação à raça/etnia, brancos tinham menos chance de serem partidários em 2006 (31%), em 2010 (27%) e em 2014 (25%), mas nos anos posteriores não houve qualquer efeito significativo, o que demonstra a heterogeneidade do perfil de partidários com relação à raça/etnia.

4. EVOLUÇÃO DOS VALORES, ATITUDES E COMPORTAMENTOS POLÍTICOS DOS BRASILEIROS

Diante dos esparsos resultados com relação aos determinantes dos perfis dos eleitores brasileiros, avançamos em nossa análise, de modo que, nesta seção, expomos os resultados de modelos de regressão que testaram a capacidade preditiva dos perfis sobre valores democráticos, participação cívica e ação política. Para tanto, consideramos especialmente a capacidade explicativa dos perfis sobre as variáveis dependentes de nossos modelos, para o que consideramos os efeitos de ser partidário, partidário cognitivo e partidário ritual tomando os independentes apolíticos como categoria de referência, por ser aquela determinada pela ausência dos atributos simpatia partidária e mobilização cognitiva.

Nossa primeira variável foi a adesão dos brasileiros à democracia, mensurada pela variável “ing4. Pode ser que a democracia tenha problemas, mas é melhor do que qualquer forma de governo”, com escala de resposta entre 1 e 7 para concordância, a qual binarizamos como 1-4 para não democratas ou pouco democratas e 5-7 para democratas⁶.

Tabela 6 – Apoio à democracia: coeficientes exponenciados

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019	2023
intercepto	1.69*	1.10	1.54**	1.86***	1.13	0.62**	1.00	1.02
Part. Ritual	0.95	1.65**	0.99	1.48**	1.10	1.14	1.79**	1.28
Part. Cognitivo	1.63	3.43***	1.86*	1.38	0.98	3.11***	2.31*	2.39***
Apartidário	2.02	2.60**	1.56	1.69*	1.27	2.90***	3.87***	3.26***
Sexo(homem)	1.29	1.12	0.98	1.11	1.11	1.09	1.16	1.12
Idade	1.01*	1.01**	1.01**	1.00	1.01*	1.01**	1.00	1.01*
Cor(branco)	0.82	0.96	1.36**	0.79*	1.03	0.96	1.21	1.07
Observações	1042	1303	2161	1399	1448	1463	699	1389
R2 Tjur	0.013	0.029	0.014	0.012	0.005	0.035	0.044	0.035

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).

Em comparação com independentes apolíticos, apresentaram mais chances de serem democráticos: partidários rituais em 2008 (65%), 2012 (48%) e 2019 (79%);

⁶ A tabela descritiva com frequências de respostas às variáveis dependentes testadas encontra-se na Tabela 9, no apêndice.

partidários cognitivos em 2008 (243%), 2010 (86%), 2017 (211%), 2019 (131%) e 2023 (139%); e apartidários em 2009 (160%), 2012 (69%), 2018 (190%), 2019 (287%) e 2023 (226%).

Quando existentes, os efeitos demonstram que a presença de atributos relacionados à simpatia partidária e mobilização cognitiva, isolados ou combinados, impacta o apoio à democracia, sendo mais recorrentes e maiores as chances daqueles com maior refinamento político (partidários cognitivos e apartidários) manifestarem-se como apoiadores do regime democrático mesmo diante de problemas.

O comparecimento eleitoral baseou-se na questão “vb2. Votou nas últimas eleições presidenciais?”, para a qual identificamos chances maiores, em comparação com independentes apolíticos, de terem votado: partidários rituais em 2006 (104%), 2010 (47%), 2012 (70%) e 2014 (79%); partidários cognitivos em 2006 (299%), 2008 (1061%), 2010 (97%), 2018 (148%), 2019 (520%) e 2023 (411%); e apartidários em 2008 (182%), 2012 (261%), 2014 (89%), 2019 (127%) e 2023 (484%).

Tabela 7 – Comparecimento eleitoral: coeficientes exponenciados

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019	2023
intercepto	2.70***	5.82***	0.89	2.92***	0.21***	0.21***	1.32	1.09
Part. Ritual	2.04***	1.24	1.47**	1.70*	1.79**	1.31	1.08	1.18
Part. Cognitivo	3.99*	11.61*	1.97*	1.20	1.50	2.48*	6.20*	5.11***
Apartidário	0.99	2.82*	1.11	3.61*	1.89*	1.34	2.27*	5.84***
Sexo(homem)	0.72	0.89	0.94	0.83	0.74*	0.82	0.89	0.68**
Idade	1.01*	1.00	1.05***	1.03***	1.08***	1.09***	1.03***	1.03***
Cor(branco)	1.27	1.01	1.02	0.74	1.04	1.10	1.02	1.45*
Observações	1134	1427	2320	1460	1487	1484	715	1410
R2 Tjur	0.029	0.011	0.070	0.031	0.231	0.202	0.048	0.085

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).

Novamente, os resultados denotam a importância dos recursos pertinentes aos perfis sobre o comparecimento eleitoral, com destaque aqui às chances comparadas entre os perfis com mais cognição em comparação com aqueles alheios à política, explicitamente nos pleitos de 2006 e 2018 para partidários cognitivos (conforme dados de 2008 e 2019) e da importância do voto expressa pelas chances de maior participação eleitoral de partidários cognitivos e apartidários no pleito de 2022, especialmente os últimos em comparação com o perfil apático politicamente.

Com relação à participação em protestos, para o período entre 2006 e 2019 utilizamos a questão “prot3. Nos últimos 12 meses, participou de manifestação ou

protesto público?”, que não foi inserida no questionário de 2023 do LAPOP⁷. Os resultados são expressivos com relação aos impactos dos recursos que compõem os perfis, em comparação com independentes apolíticos, da seguinte maneira: para partidários rituais em 2017 (83%) e 2019 (114%); para partidários cognitivos em 2006 (343%), 2008 (159%), 2010 (441%), 2012 (641%), 2014 (578%), 2017 (471%) e 2019 (1135%); e para apartidários em 2010 (234%), 2012 (549%), 2014 (269%), 2017 (289%) e 2019 (359%).

Tabela 8 – Participação em protesto: coeficientes exponenciados

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019
intercepto	0.17**	0.53	0.07***	0.05***	0.30***	0.19***	0.10***
Part. Ritual	1.08	1.04	1.51	1.57	1.51	1.83**	2.14*
Part. Cognitivo	4.43**	2.59*	5.41***	7.41***	6.78***	5.71***	12.35***
Apartidário	1.57	0.62	3.34***	6.49***	3.69***	3.89***	4.59***
Sexo(homem)	1.03	0.99	1.05	1.54	0.78	1.30	1.35
Idade	0.99	0.98	0.99*	0.98	0.96***	0.98***	0.98*
Cor(branco)	0.68	1.09	1.08	0.99	1.06	1.08	1.05
Observações	341	236	2306	1457	1488	1485	714
R2 Tjur	0.036	0.040	0.027	0.048	0.062	0.064	0.095

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).

Tais resultados reforçam, por um lado, o impacto de perfis com maior mobilização cognitiva sobre a participação crítica por meio de protestos no Brasil, com destaque ao perfil daqueles que possuem simpatia por partidos em todas as ondas do LAPOP analisadas, mas também de modo consistente entre os apartidários desde cerca de uma década e meia. Por outro lado, em alguma medida em virtude do cenário político nacional em que cidadãos com distintos posicionamentos ideológicos e políticos têm cada vez mais se manifestado e atuado politicamente, todos os perfis, em comparação com independentes apolíticos, demonstraram maior chance de protestar em 2017 e 2019, quando a democracia começa a se restabelecer no Brasil segundo indicadores do V-Dem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a conjuntura política nacional sofreu diversas inflexões e modificações, como as ondas de protestos por grupos e movimentos de esquerda e de direita, o *impeachment* de Dilma Rousseff e a eleição de Bolsonaro com falas e

⁷ Para o último ano, rodamos regressão com a variável “VB21N. Que ações suas o(a) sr./sra. acredita teriam mais influência para transformar as coisas no país?” e consideramos a alternativa de resposta “3. Participar de protestos” não como *proxy*, mas para buscar algum diálogo com os resultados anteriores, o que não se revelou frutífero diante da ausência qualquer efeito significativo das variáveis testadas no modelo. A Tabela 10 apresenta uma versão ampliada da Tabela 8, incluído o modelo testado para 2023.

posicionamentos autoritários. De modo amplo, também o quadro teórico sobre partidarismo e democracia se viu alterado por obras que sinalizam as possibilidades de crise, morte ou desconsolidação democrática e por outras que argumentam que o afastamento dos eleitores com relação aos partidos é parte de uma mudança da perspectiva centrada na clivagem econômica para aspectos culturais.

Diante desse contexto, buscamos analisar as relações entre partidarismo e mobilização cognitiva com diferentes indicadores sociais, atitudinais e comportamentais em perspectiva longitudinal, a fim de estabelecer considerações sobre a maneira como os cidadãos se posicionam ante o regime democrático no Brasil no período entre 2006 e 2023.

Isto posto, com relação às características sociodemográficas do eleitorado brasileiro, nossos resultados apontam que há relativa homogeneidade na distribuição dos cidadãos entre independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários com relação a sexo, idade e status étnico, de modo que, em outras palavras, os atributos sociais e demográficos são pouco expressivos em termos de explicação dos tipos de cidadania analisados.

Adiante, foram analisados os efeitos dos perfis de cidadania sobre o apoio à democracia, o comparecimento eleitoral e participação em protestos. Para tais variáveis referentes à cultura política dos brasileiros, nossos resultados evidenciam com maior exatidão a pertinência de considerarmos os perfis dos eleitores como explicativos para as medidas analisadas, especialmente a relevância da mobilização cognitiva como recurso diferenciador do comportamento político dos brasileiros.

Um ponto de atenção, que persiste desde os trabalhos que inicialmente aplicaram o modelo de Dalton (2013) ao caso nacional, de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) e Gimenes (2017), é a questão da qualidade e efetividade da democracia no Brasil, que passam, de certa maneira, pelo modo como o eleitorado se relaciona com os partidos políticos, mas, principalmente, está atrelada à capacidade de se envolver com a política e decodificar temas amplos para conseguir se posicionar e atuar.

Dado que a democracia tem caminhado para melhores índices de desenvolvimento conforme os indicadores do V-Dem, a expectativa é de que possas haver avanços positivos no sentido de percebermos tanto as relações dos eleitores com os partidos políticos quanto seu interesse por política, apoio ao regime democrático e envolvimento convencional (pelo voto) e não convencional (em protestos).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWITZ, A. I. *The great alignment: race, party transformation, and the rise of Donald Trump*. New Haven: Yale University, 2018.
- BORBA, J.; GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Novos Estudos**, n. 101, p. 27-55, 2015.
- DALTON, R. J. *Political Realignment: Economics, Culture, and Electoral Change*. Oxford: Oxford University, 2018.
- _____. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.
- GIMENES, É. R. *Eleitores e partidos políticos na América Latina*. Curitiba: Appris, 2017.
- INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University, 1990.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
- KATZ, R.; MAIR, P. *The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization*. **The American Review of Politics**, v. 14, p. 593-617, 1993.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MASON, L. *Uncivil agreement: how politics became our identity*. Chicago: University of Chicago, 2018.
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. Os sinais da desconsolidação. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2017a.
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. The end of the consolidation paradigm. A response to our critics. **Journal of Democracy**, p. 2-27, 2017b.
- NORRIS, P. *Political activism: new challenges, new opportunities*. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University, p. 628-652, 2007.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University, 2019.
- O'NEILL, B. *Generational Patters in the Political Opinions and Behaviour of Canadians*, **Policy Matters**, Montreal, v. 2, n. 5, 2001.
- REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 26, p. 81-131, 1992.
- RIBEIRO, E. A. *Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da*

sub-representação feminina. *In*: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, p. 195-218, 2011a.

SOUZA, C. A. de. Aptipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. **Em Debate**, v. 8, n. 3, p. 35-51, mai. 2016.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, set./dez. 2014.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P., POGUNTKE, T. *Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe*. **European Journal of Political Research**, n. 51, p. 24-56, 2012.

WITHELEY, P. *Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World*. **Party Politics**, v. 17, n. 21, 2011.

Apêndice

Tabela 9 – Frequência de adesão à democracia, comparecimento eleitoral e protesto.

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019	2023*
Democracia	72.7	67.1	71.5	69.1	62.9	52.4	59.8	64.5
Voto	84.1	85	83.4	88.5	76.9	78.5	76.8	78.7
Protesto	10.1	22.4	5.94	4.68	7.74	14.1	10.3	5.66

NOTA*: A pergunta sobre participação em protesto não se repetiu em 2023. Utilizamos uma questão substituta: “Que ações suas o(a) sr./sra. acredita teriam mais influência para transformar as coisas no país?” RESPOSTA: Participar de protestos.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).

Tabela 10 – Participação em protesto: coeficientes exponenciados

	2006	2008	2010	2012	2014	2017	2019	2023#
intercepto	0.17**	0.53	0.07***	0.05***	0.30***	0.19***	0.10***	0.08***
Part. Ritual	1.08	1.04	1.51	1.57	1.51	1.83**	2.14*	0.72
Part. Cognitivo	4.43**	2.59*	5.41***	7.41***	6.78***	5.71***	12.35***	2.00
Apartidário	1.57	0.62	3.34***	6.49***	3.69***	3.89***	4.59***	0.69
Sexo(homem)	1.03	0.99	1.05	1.54	0.78	1.30	1.35	1.09
Idade	0.99	0.98	0.99*	0.98	0.96***	0.98***	0.98*	0.99
Cor(branco)	0.68	1.09	1.08	0.99	1.06	1.08	1.05	1.16
Observações	341	236	2306	1457	1488	1485	714	1340
R2 Tjur	0.036	0.040	0.027	0.048	0.062	0.064	0.095	0.007

NOTA#: A pergunta sobre participação em protesto não se repetiu em 2023. Utilizamos uma questão substituta: “Que ações suas o(a) sr./sra. acredita teriam mais influência para transformar as coisas no país?” RESPOSTA: Participar de protestos.

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP (2006-2023).